

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Parlamentar de Saúde
Deputado ?????

S. Bento, 7 de novembro de 2019

Assunto: Audição do Professor Doutor Miguel Xavier na condição de Diretor do Programa Nacional para a Saúde Mental

As perturbações psiquiátricas e os problemas com a Saúde Mental são descritos como umas das principais causas de morte prematura. Esta tendência é notória nos países industrializados, como é o caso de Portugal. A nível global, as perturbações depressivas, de acordo com o estudo Global Burden Disease, podem ser a primeira causa de carga global de doença em 2030.

Na área da Saúde Mental, Portugal é um dos países da União Europeia com maior prevalência de perturbações psiquiátricas. Os dados sobre a prevalência de perturbações psiquiátricas, de acordo o Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental, mostram que mais de um quinto das pessoas entrevistadas (22.9 % da amostra) apresentou uma perturbação psiquiátrica nos 12 meses anteriores ao estudo.

Estes dados colocam Portugal com uma das mais elevadas prevalências de doenças psiquiátricas na Europa. Portugal apresenta dos valores mais altos nas perturbações da ansiedade, com 16,5%, e nas perturbações depressivas com 7,9%.

Esta alta prevalência combinada com uma baixa resposta pública na área da saúde mental resulta num elevado consumo de psicofármacos. Como lembrou o Observatório Português dos Sistemas de Saúde no Relatório de Primavera de 2019, Portugal era, em 2017, o país

da OCDE com mais vendas de ansiolíticos em ambulatório (correspondente a 2% de todos os fármacos vendidos em território nacional), o terceiro país com mais venda de antidepressores (com um volume de vendas em ambulatório de 3,8%) e o sétimo país da OCDE com maior consumo de hipnóticos e sedativos. Esta realidade, ainda segundo o mesmo Relatório, é particularmente impressionante junto dos indivíduos mais velhos, com 139 idosos em cada 1000 a tomar benzodiazepinas.

Esta é, portanto, uma realidade que urge alterar e para a qual devemos ter respostas eficazes que respondam às necessidades reais da população.

Já lá vão 21 anos desde a publicação em Diário da República daquela que foi a segunda e última lei da Saúde Mental e há muitos anos que estão por concretizar inúmeras medidas previstas no Plano Nacional de Saúde Mental.

Falar da falta de resposta e da falta do cumprimento do Plano Nacional de Saúde Mental é também falar do problema das assimetrias regionais na oferta pública, de insuficiência de respostas no SNS, de falta de profissionais e de necessidade de apostar nos Cuidados de Saúde Primários, nos serviços de psiquiatria hospitalares e na integração de cuidados, de necessidade de concretizar respostas comunitárias e os cuidados continuados de saúde mental.

Em 2011, a entrada da troika veio criar uma série de entraves à aplicação do Plano Nacional de Saúde Mental. As medidas de austeridade fizeram com que o plano fosse esquecido e foi extinta a Coordenação Nacional para a Saúde Mental, passando esta a estar integrada num programa prioritário da Direção Geral de Saúde, sem quaisquer poderes sobre a área dos serviços hospitalares.

Em 2017, foi de novo avaliada a implementação do Plano e definidas as propostas prioritárias, até 2020. A verdade é que estamos a poucos meses de 2020 e é necessário um esforço coletivo para garantir que a Saúde Mental é uma prioridade e para que finalmente Portugal possa alterar os indicadores que colocam o país no pódio da prevalência de perturbações psiquiátricas.

Tendo isso em conta, no Orçamento do Estado para 2019, foi aprovado, por proposta do Bloco de Esquerda, um aditamento ao Artigo 165.º-A que previa a criação de projetos piloto de Saúde Mental na Comunidade. A proposta previa que no ano de 2019 fossem

desenvolvidos projetos piloto, pelo menos um por cada Administração Regional de Saúde, de criação de novas experiências de Equipas de Saúde Mental Comunitária.

Estes projetos têm como objetivo desenvolver respostas articuladas entre vários profissionais e vários níveis de cuidados de saúde dos serviços públicos de saúde, nomeadamente um programa integrado para doentes mentais graves, com gestão de casos por terapeutas de referência; programa de ligação com a saúde familiar e apoio a perturbações mentais comuns; programa de apoio a doentes idosos; programa de prevenção nas áreas da depressão e suicídio.

Estas equipas multidisciplinares prefiguram-se cada vez mais necessárias, uma vez que, Portugal continua com os piores indicadores a nível Europeu no que toca à resposta para a saúde mental.

Para além destas equipas é também necessário aumentar o registo e a monitorização das perturbações mentais, fazendo dos Cuidados de Saúde Primários a linha da frente dessa resposta, inverter a tendência da medicação, garantir resposta ao nível dos Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental e apostar na promoção e na prevenção de forma a reduzir o número de perturbações mais frequentes, como é o caso da ansiedade e da depressão.

Para o Bloco de Esquerda a Saúde Mental tem mesmo de ser uma prioridade e por isso é da maior importância ouvir o quanto antes o Diretor do Programa Nacional de Saúde Mental para aferir da concretização dos objetivos do Plano Nacional e das dificuldades que existem em colocar no terreno medidas fundamentais para a concretização desse mesmo Plano.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição do Diretor do Programa Nacional para a Saúde Mental, Professor Doutor Miguel Xavier

O Deputado do Bloco de Esquerda,
Moisés Ferreira

